

## A AMAZÔNIA BRASILEIRA COMO A NOVA FRONTEIRA HIDROENERGÉTICA NO SÉCULO XXI: Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica

*THE BRAZILIAN AMAZON AS THE NEW HYDROENERGY FRONTIER IN THE 21st CENTURY: Deterioration of labor dammed in the production of electricity energy*

*LA AMAZONÍA BRASILEÑA COMO LA NUEVA FRONTERA HIDROENERGÉTICA DEL SIGLO XXI: Degradación del trabajo represada en la producción de energía eléctrica*

### RESUMO

O Brasil se insere na temporalidade da crise estrutural do capital nesse início de século XXI, vivenciando um processo intenso de reorganização do capitalismo nacional, denominado de Novo Desenvolvimentismo. Dentre as estratégias do Estado há a retomada do planejamento nos governos petistas, tanto nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, como de Dilma Rousseff, sendo o PAC o programa articulador, como no caso da política de infraestrutura energética. É nessa conjuntura que a Amazônia se reinsere como a nova fronteira hidroenergética a partir da transformação da mercantilização da natureza em territórios do hidronegócio-energético, como as UHEs de Jirau e Santo Antônio, no Complexo Hidrelétrico Madeira (RO). O problema norteador da investigação constituiu-se em evidenciar qual o papel da Amazônia na produção de energia hidrelétrica, bem como quais mediações e formas de controle do trabalho são mantidas entre capital, trabalho e Estado para a construção desses empreendimentos. Disso, objetiva-se analisar a superexploração do trabalho atrelada à construção da UHE de Jirau e os conflitos decorrentes das revoltas de trabalhadores nos anos de 2011 e 2012.

**Palavras-chave:** Amazônia; Trabalho; UHE de Jirau; Revolta de trabalhadores; Geografia do trabalho.

### ABSTRACT

Brazil fits into the temporality of capital structural crisis in the beginning of the 21st century, experiencing an intense reorganization of the national capitalism, called new developmentalism. Among the strategies of the State is the recovering of planning in PT governments, both in terms of Luiz Inácio Lula da Silva, as well as Dilma Rousseff's, being PAC the articulator program, as in the case of energy infrastructure policy. It is at this conjuncture that the Amazon reinstates itself as the new hydropower frontier from the transformation of the commodification of nature in territories of hydro-energy business, such as the hydropower plants of Jirau and Santo Antônio, in the Madeira Hydroelectric Complex (RO). The guiding problem of the research consists in highlighting what role the Amazon is in the production of hydroelectric power, as well as which mediations and forms of labour control are maintained among capital, labour and State for the construction of these projects. Thus, the objective is to analyse labour exploitation linked to the construction of the UHE of Jirau and the conflicts arising from the riots of workers in the years 2011 and 2012.

**Keywords:** Amazon; Labour; UHE of Jirau; Workers' uprising; Geography of labour.

### RESUMEN

Brasil se encuentra temporalmente incluido en la crisis estructural del capital del comienzo del siglo XXI, viviendo un proceso intenso de reorganización del capitalismo nacional, denominado Nuevo Desarrollismo. Una de las estrategias del Estado ha sido retomar la planificación en los gobiernos petistas, tanto en el mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como en el de Dilma Rousseff, y el PAC su programa articulador, como en el caso de la política de infraestructura energética.

 José Alves <sup>a</sup>

<sup>a</sup> Universidade Federal do Acre (UFAC),  
Rio Branco, Acre, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2023.73484

Correspondência: bairral@hotmail.com

Recebido em: 02 fev. 2023

Revisado em: 22 abr. 2023

Aceito em: 06 jun. 2023



Es en esta coyuntura que la región Amazônia surge como la nueva frontera hidroenergética a partir de la transformación y de la mercantilización de la naturaleza en territorios del hidronegocio energético, como las UHEs de Jirau y Santo Antonio, en el Complejo Hidroeléctrico Madera (RO). La preocupación de la investigación es entender cuál es el papel de Amazonía en la producción de energía hidroeléctrica y también qué medidas y formas de control del trabajo prevalecen entre capital, trabajo y Estado para la construcción de esos emprendimientos. El objetivo es analizar la superexplotación del trabajo en la construcción de la UHE de Jirau y los conflictos sucesivos a las revueltas de trabajadores en los años 2011 y 2012.

**Palabras-clave:** Amazonía; Trabajo; UHE de Jirau; Revuelta de trabajadores; Geografía del trabajo.



## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de reflexões presentes na pesquisa da tese de doutorado (ALVES, 2014), e parte da hipótese de que a região amazônica brasileira, enquanto nova fronteira hidroenergética, constitui-se em uma valiosa reserva do Estado brasileiro para a implementação da política de infraestrutura energética.

Um ponto chave para a análise dos processos de superexploração dos trabalhadores, de modo mais direto, e ao projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para infraestrutura hidroenergética, de modo indireto, são os episódios conhecidos como as revoltas dos trabalhadores da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, no estado de Rondônia. Essas intensas manifestações envolvendo trabalhadores no canteiro de obras da UHE ocorreram em março de 2011 e abril de 2012.

A análise dos desdobramentos da maior revolta de trabalhadores da história recente do Brasil necessita ainda de muitos estudos, pois somente assim se poderá ter a dimensão dos seus significados para a classe trabalhadora. Nossa pesquisa e as reflexões que apresentamos neste artigo intencionam contribuir com esse debate.

É nesse cenário de relações complexas que os processos territoriais se explicitam, não só pelas questões ambientais, sociais, culturais, políticas, mas principalmente a transversalidade que estabelece com o trabalho. Desvendar os complexos processos que envolvem a classe trabalhadora frente às investidas do capital nacional e internacional em grandes obras de produção de energia na Amazônia, no caso na UHE de Jirau, é condição primordial para a análise da dinâmica territorial do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009), suas manifestações objetivas e subjetivas, bem como novas ambiências diante da superexploração do trabalho, da pilhagem e mercantilização da natureza.

O problema norteador da investigação constituiu-se em evidenciar qual o papel da Amazônia na produção de energia hidrelétrica, bem como quais mediações e formas de controle do trabalho foram/são mantidas entre capital, trabalho e Estado para a construção desses empreendimentos, enquanto expressões da irracionalidade sistêmica do capital. Dito de outro modo, é possível compreender qual é o papel da região Amazônica como a nova fronteira hidroenergética nacional e espaço de acumulação do grande capital? Essa questão para ser compreendida deve ser debatida no contexto da inserção do Brasil na atual Divisão Internacional do Trabalho, bem como o papel da Amazônia nesse processo. Ou seja, seu lugar, se assim pode-se dizer, também nessa divisão territorial do trabalho, o que necessariamente deve ser pautado em uma discussão de fundo que permita debater a questão hidroenergética nacional e o Brasil no quadro da crise estrutural do sistema metabólico social do capital (MÉSZÁROS, 2007).



Em termos territoriais, quais lógicas podem ser evidenciadas nas ações governamentais do Novo Desenvolvimentismo, a partir do “lulismo” (SINGER, 2012) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de tornar a Amazônia Legal a nova fronteira hidroenergética nacional? E ainda, qual o peso disso frente às iniciativas de grandes obras de infraestrutura referente à indústria de produção e distribuição de energia elétrica no contexto do PAC em escala nacional?

Portanto, teríamos neste contexto um intenso processo de mercantilização da natureza, em especial a água, mas não só, tendo em vista a condição de “fronteira viva” da Amazônia, diante da transformação da terra, da floresta e do subsolo em mercadoria, posto em ação sob o Novo Desenvolvimentismo, como também no discurso do “desenvolvimento sustentável” e do crescimento acelerado pós início da década de 2000 até a crise de 2016 com o Golpe conta a presidenta Dilma Rousseff.

### **A Amazônia como nova fronteira hidroenergética**

Os vastos corpos hídricos amazônicos, com potencial energético, dão ao setor elétrico e ao capital situação privilegiada diante da condição estratégica para se expandirem na Amazônia, porém só o fazem conciliando a disposição significativa força de trabalho para uso intensivo e extensivo para a construção das UHEs, como é o caso de Jirau, condições essas que foram postas pelo Novo Desenvolvimentismo.

Todavia, o controle da força de trabalho pelo capital não ocorre sem resistência e rebeldia. As revoltas de trabalhadores, no contexto aqui abordadas, são, portanto, entendidas por nós como formas de luta e de resistência que irrompem os mecanismos de superexploração que o capital faz da força de trabalho, em um certo tempo e espaço. As revoltas mostram as fissuras dos mecanismos de controle do trabalho e também permitem questionar as políticas públicas de infraestruturas hidroenergéticas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Novo Desenvolvimentismo, materializadas em sua expressão de degradação do trabalho em condições de neobarbárie vistas na Amazônia no momento atual.

A questão é por que na expansão da fronteira econômica para a Amazônia a água não teve o mesmo uso estratégico que passou a ter no novo contexto da fronteira hidroenergética nesse início de século XXI, nos governos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), sob o Novo Desenvolvimentismo?

O controle e monopólio dos corpos hídricos na Amazônia pelo Estado, e sua possibilidade de mercantilização para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, não é uma novidade, tendo em vista as várias estratégias empregadas na história nacional, em especial nas quatro últimas décadas do século XX, com a integração dessa região ao território e à economia capitalista. Foi assim que após o controle político da



região, fazia-se necessário seu uso econômico, e com a expansão da fronteira nos governos militares (1964-1985), teve-se condições para explorá-la em benefício dos anseios do capital e do Estado.

Certamente que os impactos ambientais, sociais, o genocídio de povos indígenas e populações tradicionais, e o flagelo de homens e mulheres que foram deslocados e empregados para a inserção da Amazônia à economia nacional foram desastrosos.

Podemos dizer, então, que não estavam criadas as condições objetivas (materiais, políticas, econômicas, sociais, tecnológicas etc.) e de controle por parte do capital e do Estado para que a mercantilização dada à natureza pudesse transformar os corpos hídricos em recurso energético para o capital.

Um primeiro conjunto de aspectos se dá devido aos desastres que foram os projetos da construção das grandes UHEs na Amazônia, com base na tecnologia empregada, fundamentada na necessidade de grandes reservatórios para acumulação de água. Também se tem a questão dos aspectos econômicos e financeiros, já que coube ao Estado arcar com o chamado “custo Amazônia”, e diante da crise da “dívida externa”, essa foi outra questão impeditiva. Além disso, ainda não se tinha o esgotamento ou saturação das reservas hídricas para uso hidroenergético em outros biomas e regiões brasileiras, como ocorreu nesse início de século XXI. Todavia, importantes UHEs foram construídas a serviço do projeto modernizador do Estado e da pilhagem dos recursos naturais pelo capital monopolista na Amazônia, a exemplo da UHE de Tucuruí (PA) para a exploração e processamento mineral.

Um segundo conjunto de aspectos restritivos são intrínsecos a essa forma de apropriação do território e dos corpos hídricos pelo Estado e pelo capital, os quais fundamentam-se nas estratégias de luta, de resistência e de defesa dos meios de vida de populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhas, povos indígenas, organização do movimento ecologista com os movimentos sociais e o protagonismo dessas lutas de resistências às UHEs na Amazônia. O adiamento da UHE de Belo Monte não teria outra justificativa que não fosse a estratégia de resistências ao projeto destrutivo aos povos do Xingu naquele momento, e que ainda permanecem nos dias de hoje.

Com a crise do Nacional Desenvolvimentismo e as barreiras postas para o Estado como agente construtor desses grandes empreendimentos, a crise da dívida externa, a crise energética e a própria crise do capital internacional, teria levado a um intenso processo de reestruturação do capital em escala global, o que provocou rebatimentos no capitalismo dependente no Brasil e nas formas de apropriação dos corpos hídricos para a produção de energia na região Amazônica.

A reestruturação produtiva e a privatização também afetaram o Setor Elétrico nacional, e com o novo marco regulatório houve a desverticalização da indústria elétrica em suas fases de produção, transporte e



distribuição e comercialização, o que permitiu de fato fortalecer a energia elétrica uma mercadoria negociada pelos mecanismos de mercado. Portanto, frente à exigência crescente e a ausência do Estado com políticas de infraestrutura para o Setor Elétrico, este não conseguiu responder às demandas o que levou ao quase colapso energético nacional, visto, por exemplo, sob a prerrogativa dos “apagões”.

Já sob o Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico, o governo Lula, com o Novo Desenvolvimentismo e o PAC, retoma para o Estado o papel de planejar a oferta e a demanda de eletricidade, criando condições reguladas sob os preceitos do mercado para fundamentar a política de infraestrutura para o setor elétrico.

Ao tornar seguro a lucratividade deste setor e, além disso, a resposta de crescimento da economia a partir de 2004, constata-se a importância do controle estratégico da energia para várias frações do capital. Ou seja, tanto para as frações já vinculadas à indústria elétrica (empresas nacionais e internacionais) que aproveitaram das privatizações e apossaram e pilharam desse patrimônio nacional, mas também com a inserção de empreiteiras, construtoras, do capital financeiro (bancos privados, públicos, fundos de pensão e de investimentos), e das próprias estatais que passaram a atuar com base no modelo Parcerias Público-Privadas para os novos empreendimentos de UHEs na Amazônia.

Assim, no Novo Desenvolvimentismo fica evidente os mecanismos empregados pelos governos Lula e Dilma, que no contexto da crise estrutural do capital, sob a crise de acumulação neoliberal, teriam permitido a retomada do crescimento com a ampliação do consumo no mercado interno, a retomada do planejamento governamental em infraestrutura prevista a partir do PAC, bem como o Estado retomou o financiamento de grandes obras, o que passou a ser feito a partir da participação expressiva do BNDES e dos fundos de pensão e empresas estatais, bem como do Tesouro Nacional nesse projeto.

É nesse contexto da temporalidade da crise estrutural do capital, que em escala nacional com o projeto do Novo Desenvolvimentismo e do PAC, a Amazônia de fato se consolidou como a nova fronteira hidroenergética do país.

Do mesmo modo, uma novidade do momento contemporâneo para o interesse desta região como a fronteira de recursos hidroenergéticos é o papel estratégico e de controle por grandes empresas do mercado da energia elétrica, altamente lucrativo, para responder às demandas do capital nacional e internacional no território brasileiro.

Também não poderia faltar o fetiche da tecnologia com as UHEs de reservatório a fio d’água e as “milagrosas” turbinas tipo Bulbo, que não necessitam de grandes declividades para serem movimentadas, mas de rios com intensa e constante vazão d’água.



Criadas as condições materiais, políticas, jurídicas, econômicas, sociais e trabalhistas, com a reestruturação produtiva e o planejamento governamental, o capital transnacional tem no mercado nacional de energia elétrica, em especial na indústria da energia hidrelétrica, um atrativo para a sua reprodução ampliada, como nos mostra Gonçalves Júnior (2007).

Portanto, a Amazônia constitui a região central para a ação do capital com o hidronegócio-energético. Os grandes rios são mapeados em inventários e estudos de viabilidade para decidir onde serão barrados e, assim, construídas as UHEs. Os grandes Complexos Hidrelétricos formam territórios de mercantilização da natureza, os quais cada UHE representa em si um controle do espaço, do corpo hídrico, da terra e da ambiência da relação antes estabelecida entre homem e rio. Jirau constitui desse modo um território do hidronegócio-energético (ALVES, 2014), no qual a natureza é mercantilizada e a água torna-se recurso estratégico para a produção de energia elétrica.

Portanto, poderíamos identificar o Complexo Hidrelétrico Madeira (CHM) como a ponta de lança de uma estratégia de (re)inserção da Amazônia para as demandas de energia hidrelétrica para o grande capital, tendo como base o Estado nacional enquanto fomentador desse processo. O CHM é formado pelas UHEs de Jirau e Santo Antônio, além do projeto de uma UHE na divisa Brasil e Bolívia e outra em território boliviano, empreendimentos que permitiriam o prolongamento em todo este trecho de uma hidrovia ligando esta importante região para o processo de acumulação do capital no momento atual.

Não é pouca coisa evidenciar que grandes empresas, construtoras, bancos, fundos de pensão e de investimentos, além das empresas públicas do setor energético estejam cada vez mais interessadas em geração, transporte e distribuição de energia considerada “limpa”, como defendem ser a energia hidrelétrica. No entanto, esquecem e omitem que essa energia carrega em seu DNA desterreamentos, impactos ambientais, sociais, culturais, que ao contrário de limpa é manchada de sangue com os registros de mortes, acidentes, medos, angústias, doenças, como resultado da superexploração e precarização do trabalho, decorrentes da construção dessas UHEs.

Projetos com vultosos investimentos em capital como a UHE de Jirau não são realizados somente pelo capital privado, em virtude do longo ciclo de maturação para sua valorização e retorno, por isso o Estado entra como financiador/parceiro. A questão então é de que frente às contradições desencadeadas com as políticas neoliberais e a restrição da energia para atender as demandas de reprodução total do capitalismo brasileiro, o Novo Desenvolvimentismo buscou atacar este gargalo da falta de energia elétrica para atender às demandas insaciáveis do capital, como os consumidores eletrointensivos.



O fato do Estado brasileiro e dos interesses do grande capital nacional e internacional encontrarem nos pactos do Novo Desenvolvimentismo condições para expandir a fronteira hidroenergética para a Amazônia, reativando, intensificando e (re)produzindo formas de acesso, controle e apropriação daquela região é ímpar neste contexto. De outro modo, no campo da produção ampliada de mais valor, produzir energia hidrelétrica na Amazônia e frente aos “custos regionais”, como os desafios de barrar os grandes rios amazônicos, mobilidade de grande contingente de trabalhadores, a distância dos mercados consumidores de energia, a construção de grandes linhas de transmissão para que a energia produzida possa ser disponibilizada no SIN, nos permite entender que são possíveis projetos dessa magnitude quando o Estado garante as condições objetivas (no campo político, econômico, jurídico etc.) ao capital para essa empreitada.

De fato, a Amazônia como a nova fronteira hidroenergética para se consolidar necessita de determinadas condições objetivas, pois na contemporaneidade há elementos conjunturais que permitiram e continuam permitindo, via mediação do Estado, os mecanismos de reprodução ampliada a longo prazo para os capitais envolvidos nos projetos dessas UHEs.

Não seria outra estratégia a dos governos Lula e Dilma, que mantiveram as bases da acumulação no controle dos gastos públicos, no superávit primário, no pagamento da dívida pública, no arrocho salarial dos trabalhadores, embora o faça com estratégias diferenciadas dos governos Fernando Henrique Cardoso, que retomam para o Estado seu papel de planejador e agente no direcionamento de um projeto de desenvolvimento que retoma as políticas de infraestrutura, como a do setor elétrico.

Também se diferenciam nas políticas públicas voltadas para a geração de renda, com projetos sociais como o Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, na correção do salário-mínimo, na valorização do mercado interno, com incentivo ao consumo, favorecendo o crédito e beneficiando indústrias importantes como a automotiva e a de eletrodomésticos.

Como resultado, houve redução significativa do desemprego. Todavia, geração de empregos não significa dignidade ao trabalhador, pois esse projeto de Estado no Novo Desenvolvimentismo o Estado Neoliberal (ALVES, 2013 e 2013a) manteve os mecanismos de degradação, precarização, flexibilização da legislação trabalhista, ilegalidade, informalidade, pois nos últimos governos, o ataque aos direitos dos trabalhadores se manteve, como condição necessária para a manutenção das taxas de acumulação ampliada do capital.

É esse “Estado Neoliberal” que garante as estratégias de reestruturação do capitalismo brasileiro, que permitiu no âmbito político as condições objetivas para que a Amazônia se concretizasse como região estratégica para a indústria elétrica, em sua composição de capitais privados, estatal, financeiro e





especulativo. De tal modo, cria as condições para o controle e uso do território, via pilhagem, lapidação e mercantilização dos recursos naturais na região Amazônica, em especial a água com potencial energético.

Se o aporte de gigantescos investimentos pelas grandes empresas para a construção das UHEs de Jirau e Santo Antônio, além do Linhão do Madeira, é um aspecto impeditivo, em um primeiro momento, frente ao longo prazo de maturação desses investimentos e o retorno dos mesmos no tempo exigido pelo capital, o Estado, sob o Novo Desenvolvimentismo, coloca à disposição do capital fartos recursos do Tesouro Nacional, de instituições bancárias como o BNDES (em condições especiais para esse setor), dos fundos públicos sob a tutela dessas instituições, além das empresas estatais, que em conjunto, também passam a atuar na fase de pesado investimento na construção das UHEs. Além disso, cabe às estatais a participação estratégica nessas UHEs construídas na Amazônia para que a segurança ao capital privado possa ser uma condição imanente.

No entanto, contraditoriamente, usa-se tanto de recursos do Tesouro Nacional, mas também de recursos dos próprios trabalhadores, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos fundos de pensão, para que mecanismos de degradação, superexploração e entrega do patrimônio dos trabalhadores sejam postos a serviço da acumulação do capital (trans)nacional.

Em outras palavras, a Amazônia continua sendo uma fronteira econômica e de recursos em intenso processo de expansão e de mercantilização da terra e da água. Isto, pois, potencializado como nunca, que além da floresta, biodiversidade, subsolo, dos mercados fictícios de carbono, a água passa a ser a bola da vez, a matéria prima e “mercadoria” fetiche para o capital, já que carrega em si, além da potencialidade de gerar uma mercadoria estratégica como a energia elétrica o seu controle também permite se apropriar de parte da mais valia social (via lucro suplementar), quando a energia é intensamente requisitada no processo de acumulação do capital.

Uma questão antagônica é que embora o Estado crie marcos jurídicos e regulatórios para manter o controle e o monopólio do corpo hídrico, já que ao capital ele não passou a propriedade *ad eternum*, porém ao dar-lhe o direito de uso, via concessão pública, entrega também um serviço/bem estratégico, pois a energia torna-se uma mercadoria chave no processo produtivo e sob controle do capital privado.

Assim, a concessão pelo Estado com fim de mercantilização, permite aos capitalistas que detenham o controle e o uso deste recurso natural (o corpo hídrico) para fins energéticos, ter papel importante no processo produtivo de valorização do capital. Essa é uma estratégia arriscada do Estado brasileiro, pois como ensina Mészáros (2007) o capital é incontrolável e destrutivo, e essa carta branca que lhe é dada para o controle da natureza, dá-lhe também o direito de usá-la da forma que lhe interessa para atingir seu objetivo maior que é a sua valorização enquanto produtor de energia elétrica. De uma só vez o capital tem em suas mãos dois



elementos estratégicos nesse início de século XXI, ou seja, o controle da água como recurso e da energia hidrelétrica como mercadoria!

Deste modo, outra instância importante e de forte impacto nessa ação política e econômica do Estado são os custos, os impactos sociais desse projeto de desenvolvimento destrutivo.

Os licenciamentos ambientais das UHEs de Jirau e Santo Antônio foram empurrados de cima para baixo e voltados, prioritariamente, ao atendimento dos interesses dos capitais e da política governamental envolvidos nesses grandes projetos. A legislação ambiental flexibilizada virou sinônimo de políticas de compensação ambiental e como moeda de troca para que territórios de populações tradicionais, ribeirinhas, camponesas, extrativistas e de povos indígenas pudessem ser violados em detrimento da ideologia e do discurso do desenvolvimento e do crescimento nacional.

Estamos diante, portanto, do que definimos como o processo de configuração do território do hidronegócio-energético (ALVES, 2014), onde o capital busca destruir as práticas sociais, ambientais, culturais, as formas e relações entre as populações e seu ambiente, com seus modos de vida e suas dinâmicas territoriais com o rio, para que o enclave da UHE se imponha como sendo algo necessário ao desenvolvimento local, regional e nacional. Essa ação destrutiva mostra sua primeira face na neobarbárie em seu par dialético com o Novo Desenvolvimentismo, pois cria-se também um caos destrutivo nas cidades, povoados e demais núcleos populacionais próximos às UHEs de Jirau e Santo Antônio, no qual o Estado e o capital não se preocupam e não querem se preocupar com os sujeitos que ali vivem e que ali passarão a viver.

Vejamos a tragédia ecológica na cidade de Porto Velho, mas também nos estados de Rondônia e do Acre, além do território boliviano, no ano de 2014. Essa região passou pela maior cheia do rio Madeira nos últimos 100 anos, com nível de 18,93m (dia 08/03/2014) e previsão da Agência Nacional de Águas (ANA) de passar de 19,20m até o fim do mês de março (2014) no pico das cheias, da qual ainda não se sabe a intensidade dos impactos gerados pelas e nas UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Fato é que mais de 2,2 mil famílias, até o dia 07 de março de 2014, estavam desabrigadas, e o estado do Acre estava isolado pelo único acesso rodoviário com Rondônia e ao restante do país, já que a lâmina d'água passou de 60cm em determinados trechos da BR-364, momento em que ainda não havia a ponte sobre o rio Madeira para a interligação desses dois estados.

Essa destrutividade é potencializada quando os dois consórcios, o proprietário da UHE Jirau (ESBR) e o de Santo Antônio (CSAC), disputam cada centímetro cúbico de água do rio Madeira. A UHE Santo Antônio, à jusante, tentando aumentar a capacidade do seu reservatório, estocando mais água para aumentar a



capacidade de geração de energia, e a UHE Jirau, à montante, tendo que manter a vazão para não pôr em risco estruturas provisórias como uma ensecadeira que permite a construção e instalação de uma casa de forças.

É nesse contexto que a dinâmica territorial se desenvolve sob mecanismos acirrados de controle e mercantilização da natureza, como a água, voltada única e exclusivamente para atender às necessidades de valorização do capital das grandes empresas do setor. São esses os elementos políticos, econômicos, jurídicos e regulatórios que garantem a mercantilização da natureza, a partir da apropriação estratégica da água, via mecanismo de concessão.

Portanto, em termos tecnológicos não há impedimento para barrar os grandes e volumosos rios amazônicos para produzir energia; tampouco faltaram recursos financeiros disponíveis pelo Estado brasileiro para que fosse construídas as UHEs.

A legislação ambiental, considerada pelo setor e pelo governo como entrave e fator de atraso para a construção de UHEs e linhas de transmissão, em decorrência da complexidade do bioma Amazônia, também foi flexibilizada para agilizar os licenciamentos.

Na questão social, impõem-se como barganha compensações como se estas pudessem dar conta de reparar ou amenizar os impactos sociais, econômicos e territoriais dessas UHEs. Há, além disso, a pactuação das elites locais e regionais em defesas das UHEs, tendo como base os benefícios ao desenvolvimento local/regionais desses grandes empreendimentos. Houve também a construção de um marco regulatório para o Setor Elétrico que atendesse aos anseios da indústria elétrica. E enfim, haveria quase completado toda uma estrutura que desse conta de concretizar o projeto da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética nacional, sendo Jirau e Santo Antônio os projetos modelos.

### **Degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia brasileira**

Em nosso entendimento ainda falta um elemento central, fundante e articulador de toda essa complexa engrenagem de funcionamento da indústria da produção de energia hidrelétrica e do Estado, para a apropriação estratégica do potencial hídrico amazônico no momento atual. Esses mecanismos em si não são suficientes para que a política de infraestrutura hidroenergética na Amazônia seja tocada pelo Estado e pelo grande capital.

Portanto, a tese defendida é de que na esfera da indústria da produção de energia hidrelétrica, a estratégia diferencial na Amazônia se dá nos mecanismos de controle, degradação e exploração do trabalho no momento da construção das UHEs, reduzindo assim seus custos e tempo de construção, permitindo que o ciclo de maturação do capital investido na referida UHE possa ter retorno mais rápido e em condições



diferenciais em relação a produzir em outra região. Assim, só torna competitivo e atraente ao capital quando este faz o uso intensivo e extensivo do trabalho vivo, da força de trabalho, e põe em ação as formas de exploração do trabalho para o barateamento da construção das UHEs e do custo da energia a ser gerada, e têm o respaldo do Estado brasileiro. Por conseguinte, para se construir UHEs na Amazônia nesse início de século XXI, o Novo Desenvolvimentismo permitiu frente à crise estrutural do capital, e à valorização de energia, uma conjuntura que teve, além de tudo, a exploração do trabalho nos canteiros de obras dessas UHEs, como a existente e analisada em Jirau. Logo, o trabalho se torna central e fundante para a consolidação da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética nacional.

Igualmente, o capital produz energia hidrelétrica na Amazônia, nas condições descritas, pois além de ter acesso estratégico ao recurso natural, têm também condições seguras para o uso intensivo da força de trabalho, e decorrente disso, condição para a apropriação de parte da mais valia social, via lucro suplementar, ao ter sob seu controle recursos estratégicos e sobretrabalho extraídos em condições degradantes, precárias e em relações regressivas de acumulação, em sua expressão na neobarbárie.

Sua expressão é o trabalho degradado, precarizado, terceirizado, formas de uso e controle reativadas em condições de acumulação primitiva. Mas não basta, também evidencia-se a opressão e o controle dos trabalhadores pelo capital e pelo Estado, tanto no aspecto objetivo como subjetivo, o que ocorre por articulações de formas de organização e controle de gestão com práticas fordistas, mas também no “espírito toyotista”, via equipe de produção, produtividade e metas, controle pela força e pelo medo.

Ao manter a mobilidade do trabalho, não só no sentido espacial, mas na extração da mais valia relativa e absoluta, a superexploração do trabalho pelo capital se materializa na concentração da desgraça nos canteiros de Jirau. Trabalho alienado, degradado, precarizado e superexplorado, com mobilidade espacial restrita, morte, acidentes de trabalho, adoecimento etc., é amplamente empregado pelo capital e pactuado pelo Estado, que levaram os trabalhadores da UHE de Jirau a se rebelarem e se revoltarem contra esses mecanismos de controle e superexploração.

Assim, o trabalho se rebela, revolta-se e irrompe os mecanismos de controle sofridos no território do hidronegócio-energético de Jirau, se coloca contrário aos planos do capital e do Estado para a aceleração das obras da UHE em tempo recorde.

Como essa rebeldia surge fora dos limites da organização de classe e autônomo, a partir da ação do trabalhador e não como movimento organizado pelo sindicato da categoria, essa ação de resistência dos operários tornou-se a expressão de luta e o mecanismo empregado para serem ouvidos, a deixarem de ser



invisíveis frente aos discursos de desenvolvimento regional, geração de empregos, e da importância das UHEs do Madeira para o crescimento acelerado da economia brasileira.

Frente às revoltas dos trabalhadores, o capital reage, intensifica seus mecanismos de controle, e passa a oprimir ainda mais. Impõe-se o controle pelo medo, pela coerção física, assédio de diversas formas pela violência privada e também pela violência do aparelho do Estado. Usa-se a força policial e militar para que a subserviência ao capital seja mantida.

Em outra frente, o capital atua na ofensiva de oprimir pelo medo da demissão por justa causa para os que se rebelam e se revoltam. Pregou-se que não haveria motivos para um “colaborador” de “bem” questionar as condições de trabalho, as boas instalações dos alojamentos, de lazer, da alimentação que inclusive foi posta como superior a que aqueles homens e mulheres tinham em suas casas. Ou seja, usa-se de enunciados discursivos para criminalizar, oprimir, desmoralizar e desmobilizar essa forma de luta.

É nesse contexto que os conflitos surgem como rebeldia e se manifesta nas revoltas dos trabalhadores, sem uma organização sindical, mas como ação de resistência e de questionamento das formas de controle impostas aos operários de Jirau pelos próprios sujeitos explorados; o trabalho mostrou-se autônomo à representação organizada do STICCERO.

Isso não significa que ao rebelar-se, revoltar-se, com base em reivindicações que questionassem as precárias condições de trabalho e de superexploração sofridas na construção da UHE de Jirau, os trabalhadores negassem a existência e a participação do sindicato na representação junto ao capital. Tanto que após as duas revoltas (março de 2011 e abril de 2012), o STICCERO foi chamado para dialogar com as empresas construtoras e o Consórcio ESBR. No entanto, a atuação sindical, tanto no âmbito local, como nas articulações em âmbito nacional, não permitiram ao movimento avançar nas pautas para além da luta imediata envolta em questões econômicas e de condições mínimas no ambiente laboral.

Ganhos importantes foram conquistados nesses momentos de luta, como reposição salarial, melhorias nas condições de segurança e de trabalho e benefícios. Melhorias também foram conquistadas nos alojamentos, como instalação de aparelhos de ar condicionado, redução do período de mobilidade para visita familiar e ampliação dos dias de visita (conhecido no setor como baixada). Entre os benefícios conquistados, destacam-se a participação no programa de metas e produtividade das empresas, via remuneração pela Participação nos Lucros e Resultados, benefícios como cesta básica, via vale alimentação conhecido como BigCard, e aumento do valor em cada data-base.

Entretanto, as conquistas não foram suficientes para avançar para além de uma pauta imediata, ainda mais quando se busca ampliar o tempo de trabalho com horas extras. Inverte-se uma luta que deveria ser por



tempo livre, para o lazer e maior tempo junto à família (baixada), e frente aos baixos salários, busca-se expandir a jornada de trabalho para aumentar a remuneração desse trabalho ainda mais degradado.

Com as revoltas de Jirau criou-se uma pausa, um vácuo, nos mecanismos de controle do trabalho pelo capital e pelo Estado. Porém, tal ruptura não foi potencializada no sentido da luta política, da rebeldia, no que tange ao questionamento das formas de degradação, precarização e superexploração tidas como estrutural, indo além do caráter econômico e imediato das lutas.

As conquistas de caráter político foram importantes, pois serviu de inspiração e modelo de luta por trabalhadores de outras grandes obras de infraestrutura do PAC. A questão é que se a organização e representação dos trabalhadores pelo sindicato da categoria já surgiu com disputas e peleguismo, o controle do STICCERO por trabalhadores das próprias UHEs de Jirau e Santo Antônio não permitiu um avanço na organização e representação sindical local.

Isso porque o movimento mais geral do sindicalismo brasileiro, a partir do contexto da reestruturação produtiva do capital, acabou deixando marcas e dando o rumo também para as estratégias políticas das revoltas de trabalhadores em Jirau. Ou seja, o próprio sindicalismo atuou para que não se avançasse para além das lutas econômicas e de caráter imediato, sem um questionamento por parte da estrutura sindical dos mecanismos estruturais de degradação do trabalho em tais obras de infraestrutura energética que se espalham pela região Amazônica.

Quando consideramos que o Novo Sindicalismo brasileiro, em especial a CUT, acabou aderindo ao projeto do Novo Desenvolvimentismo para uma atuação de resultados e não em ações combativas de luta e atinado ao projeto de emancipação do trabalho das amarras do capital, a cooptação e alinhamento ao projeto do “lulismo” teve reflexos diretos em Jirau. Manteve-se a mesma estratégia adotada em âmbito nacional de não oposição ao projeto do Novo Desenvolvimentismo, bem como às obras do PAC como a UHE de Jirau, pois acredita-se no campo da participação junto ao governo petista e na possibilidade de reverter a degradação, precarização e superexploração do trabalho nas obras das UHEs, como visto em Jirau.

Como isso é ilusório, pois esse não é o pacto de classes do Novo Desenvolvimentismo, a CUT e, consequentemente, o STICCERO acabaram não enfrentando as ações vindas do Executivo e da Justiça do Trabalho, e do próprio capital. Não houve, após as revoltas de Jirau, uma atuação política significativa que permitisse fomentar e dar direção para a luta e rebeldia dos trabalhadores envolvidos na construção das UHEs do rio Madeira, em especial Jirau. A partir dessas revoltas que surgem como questionamento das condições de trabalho em obras de infraestrutura energética importantes para o governo federal, que poderiam avançar



para uma atuação política de questionamento do modelo dessa política pública de infraestrutura implementada, tocada pelo PAC, via parceira com o capital privado nacional e internacional.

As revoltas, como expressão de luta e de questionamento do uso que o capital faz dos trabalhadores em cada obra do PAC, foi uma estratégia que mostrou ao capital e ao Estado que mesmo usando dos mecanismos expressos pela neobarbárie para intensificar os calendários das obras, reduzir custos etc., o trabalho não estava, se é que esteve em algum momento, inerte a essas formas de controle.

O Estado brasileiro adotou da mesma estratégia empregada em Jirau em quase todas as obras nas quais trabalhadores se revoltaram: usou do seu poder repressor para agredir, oprimir, intimidar, prender e torturar homens, pais de família, como os casos ocorridos em Jirau após as duas revoltas.

Diante da passividade generalizada do sindicalismo brasileiro na fase do Novo Desenvolvimentismo, essas práticas e experiências de luta em cada uma dessas obras nos diferentes e distantes espaços do território brasileiro, em especial na Amazônia, com a UHE de Jirau, onde essa forma de luta surge e é embrionária, a saída passou a ser a negociação com as grandes empreiteiras e consórcios construtores, como se isso fosse possível frente ao quadro de neobarbárie instalado nesse território do hidronegócio-energético.

A situação de degradação, precarização e exploração do trabalho nas UHEs de Jirau e Santo Antônio só não foram piores devido à ação do MPT-RO e da atuação de auditores fiscais da SRTE-RO, que atuaram na defesa dos direitos dos trabalhadores. Forças tarefas para a fiscalização das obras, autuação das irregularidades no ambiente laboral foram questões que permitiram ao MPT impetrar ACPs contra as empresas, empreiteiras e consórcios. Sem essa atuação conjunta, as mortes, acidentes e revoltas em Jirau e em Santo Antônio teriam sido ainda mais expressivas, impondo de modo mais intenso os mecanismos de superexploração do trabalho postos em prática pelo capital.

As revoltas que poderiam se constituir ações políticas de questionamento das relações de trabalho nas UHEs do CHM, além de outras obras do PAC, e do próprio modelo posto pelo Novo Desenvolvimentismo, não ocorreram, pois os sindicatos não avançaram para além do imediatismo. Inclusive não potencializaram o debate sobre a necessidade de pensar a energia elétrica para além de uma mercadoria estratégica ao grande capital, como a bandeira defendida pelo MAB, embora sindicato e movimento social se articularam em certos momentos para denunciar o caos destrutivo das UHEs de Jirau e Santo Antônio.

Tanto o capital, como o Estado e, de certo modo o movimento sindical em Jirau atuaram para tentar “represar” as revoltas dos trabalhadores, como se pudessem ser mantidas em enseadeiras, encurraladas sob as formas de controle e opressão nos territórios do hidronegócio-energético. Isso foi feito tanto no campo da luta, como no campo dos questionamentos da luta de resistência, como revolta restrita a ação de vândalos,



baderneiros e bandidos que não tinham outro interesse que não fosse tumultuar a execução dos projetos, e fomentar a disputa entre sindicatos. Sem contar que o contingente de 22 mil trabalhadores concentrados nos canteiros de Jirau, como sendo fator relevante que teria levado às revoltas, assim cada ator buscou deslegitimar, via seus enunciados discursivos, concepções predefinidas, as ações de luta postas em movimento pelos trabalhadores.

No âmbito do trabalho também se tem a tentativa de camuflar e ocultar o verdadeiro sentido das revoltas de Jirau, que é o ponto nevrálgico do antagonismo de classes, do trabalho estranhado, ou seja, sua fragmentação não só no âmbito do trabalhador barrageiro em funções e habilitações técnicas, mas para além dessas atribuições hierárquicas e técnicas. Isso não significa romper as práticas laborais territorializadas, onde a plasticidade do trabalho ganha potência (THOMAZ JUNIOR, 2009 e 2010).

A fragmentação e disputa pela representação territorial entre sindicatos que buscam a todo custo apropriar-se da contribuição sindical, e a ela ficam reféns, inclusive das formas de intervenção do Estado na organização do trabalho, também fragiliza a luta dos trabalhadores. No campo da organização sindical, vive-se a cooptação, o peleguismo, e o entreguismo ao projeto do “lulismo”, com as ações por resultados imediatos e restritos ao âmbito econômico. Busca-se negociar, acabar com as greves, e quando se leva para os trabalhadores propostas para a negociação, não há um projeto político de luta de longo prazo. A forma de luta pela rebeldia e revoltas foram questionadas e deslegitimadas não só pelo capital, governos, Judiciário, mas também pelo sindicalismo.

Apesar dessas formas de fragmentação, as revoltas de Jirau mostraram que o trabalho ao irromper a dinâmica do capital expressa sua potência emancipatória, questionadora e reveladora das fissuras das formas de controle, domínio e de exploração do trabalho pelo capital e pelo Estado. Mas quando esse movimento das revoltas padece de uma organização voltada para um projeto de classe, ao projeto da classe trabalhadora, os avanços também se irrompem, mostram seus limites e suas fissuras. Portanto, trabalho estranhado é condição e resultado dos mecanismos de extração de mais trabalho (mais valor), como os postos em prática nos territórios do hidronegócio-energético na Amazônia, onde se destroem sujeitos, territórios, e se avança no controle econômico, político, jurídico de mercantilização da natureza.

Assim, busca-se dar-lhe sobre os preceitos e ditames do capital e do Estado burguês outro uso, não mais para a reprodução da vida, do trabalho como condição ontológica da mediação sujeito – natureza para a sua reprodução em uma vida repleta de sentido, mas para a reprodução do valor.

Nesse sentido, a degradação, a precarização e a superexploração do trabalho em Jirau e sua consequente rebeldia, mostraram no campo da política pública de infraestrutura hidroenergética do PAC e do





Novo Desenvolvimentismo as fissuras, as contradições e os conflitos latentes das disputas e antagonismos de classes que pulsam como condição e possibilidade emancipatória para se construir a ação política para controle do território e da natureza para além do hidronegócio-energético e à acumulação do capital.

Ao considerar as revoltas de Jirau como elemento de germinação de uma luta política que questione o modelo de desenvolvimento posto em prática pela política de infraestrutura energética no Novo Desenvolvimentismo, que diz representar os trabalhadores, evidencia-se uma estratégia de luta combativa dos de baixo, dos trabalhadores que sofrem os mecanismos de controle e exploração do capital. Logo, tem-se assim, um importante ganho político do trabalho.

### **Considerações Finais**

Portanto, foram nos canteiros do hidronegócio-energético na Amazônia que se evidenciou, na materialidade do antagonismo das relações capital – trabalho – Estado, a potencialidade de luta e da revolta que surge onde há formas de controle, de estranhamento, e a superexploração do trabalho para a valorização do capital. Ou seja, na crise estrutural do capital, essas formas de exploração vão além do espaço fabril, inclusive porque as formas de controle decorrentes da reestruturação produtiva do capital, de um capitalismo dependente, são reativadas na sua forma de acumulação que combina em seu desenvolvimento formas regressivas de acumulação primitiva e ampliada em todos os setores onde o capital se faz presente, em especial na Amazônia enquanto fronteira hidroenergética.

Essa potencialidade política do trabalho ainda não compõe as práticas cotidianas pelos movimentos sociais e sindicais, expressão da fragmentação do trabalho, para uma luta mais consciente e além do caráter imediato. A partir das condições criadas no campo da luta e do conflito entre capital - trabalho – Estado, de modo que a potência da rebeldia e das revoltas de trabalhadores pudesse de fato ser transformada em um projeto de classe, da classe trabalhadora, que ponha em xeque o Novo Desenvolvimentismo a serviço da neobarbárie.

Assim, quando nos questionamos qual o lugar do trabalho vivo para a consolidação da Amazônia como a nova fronteira hidroenergética, a resposta é que diante das condições materiais permitidas pelo Novo Desenvolvimentismo, é na combinação de mecanismos de acumulação primitiva e de formas espectrais de reprodução do capital, que o trabalho tem centralidade em sua plasticidade territorial. Isso porque articula-se e combina-se no espaço do território do hidronegócio-energético temporalidades desiguais de relações de reprodução do capital e formas de luta e revolta frente a estas formas de controle. Igualmente, evidenciam-se no Novo Desenvolvimentismo os mecanismos de controle e extração de mais trabalho intrínsecos à neobarbárie, como condição chave e estratégica para se construir UHEs na Amazônia, mas do mesmo modo,



também se evidencia o conflito e a potencialidade emancipatória e de rebeldia do trabalho, expressas nas Revoltas, como as de Jirau.

São essas formas combinadas e possibilitadas pelo Estado no Novo Desenvolvimentismo, em especial a de controle e superexploração do trabalho, que as grandes empresas têm o elo estratégico e fundamental para o controle da natureza, dos corpos hídricos com potencial energético na Amazônia, para assim, manter o controle estratégico da energia enquanto mercadoria para a reprodução ampliada do capital, nesse início de século XXI no território brasileiro.

E mostrando que o trabalho fragmentado e sua forma de representação sindical não dá conta de se impor aos mecanismos de controle, o trabalhador busca em si a rebeldia e a potencialidade de irromper as formas de opressão e superexploração do trabalho pelo capital. Falta avançar, pois que o vácuo gerado no questionamento dessas formas de controle não se restringe à fração da classe trabalhadora, ou ao trabalho assalariado dos canteiros de obras.

Igualmente, permite-se evidenciar uma agenda de ações investigativas para compreender a problemática da clivagem que separa os trabalhadores atingidos pelas UHEs do CHM, que lutam (quando lutam) articulados ao MAB, dos trabalhadores empregados nas obras civis e de montagem da UHE de Jirau, e principalmente com a desmobilização dessa força de trabalho no território do hidronegócio-energético na Amazônia. Camponeses e trabalhadores assalariados, ambos atingidos e controlados pelo capital, estão clivados/apartados e ainda não avançaram nas formas de luta para além da fragmentação entre atingidos e rebelados. Fragmenta-se também a luta entre atingidos do Brasil e da Bolívia, na zona de fronteira entre os dois países.

Cada um desses sujeitos é impactado e explorado pelas UHEs do Madeira ao seu modo, mas ainda não se uniram em prol de uma luta conjunta, contra os mecanismos estruturais que os mantêm apartados e fragilizados frente às formas de controle e de abuso econômicos das grandes empresas e do autoritarismo do Estado em tempos de Novo Desenvolvimentismo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil. **Blog Boitempo**. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>>. Acesso em: 02/12/2013.

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho (composto de 3 partes). **Blog Boitempo**, 2013a. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/>> Acesso: 22/10/2013.

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. 671 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, da UNESP/Presidente Prudente, 2014.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reformas na indústria Elétrica Brasileira:** A disputa pelas 'fontes' e o controle dos excedentes. 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Energia) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.



MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território**: a revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Dinâmica **Geográfica do Trabalho no Século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 499f. Tese. (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.